

Os efeitos da eliminação da alíquota da CIDE-combustíveis

Recentemente, o governo zerou a alíquota da CIDE-combustíveis¹ para conter a inflação e estimular o consumo. Contudo, o fim da arrecadação do tributo pode comprometer os investimentos em infraestrutura de transporte no país. Somente em 2011, os recursos arrecadados com a CIDE-combustíveis responderam por 31% de tudo o que foi investido em infraestrutura de transporte².

A medida adotada pelo governo tem relação com a elevação nos preços da gasolina e do diesel, que estavam defasados,

o que comprometia o caixa da Petrobras. Para evitar ou diminuir o repasse desse aumento para os consumidores, o governo decidiu zerar a alíquota do tributo.

Apesar dos efeitos positivos da eliminação da alíquota da CIDE, como redução da carga tributária e amortecimento do aumento do preço dos combustíveis, a medida representa o fim de uma importante fonte de recursos para investimentos. Dados os gargalos da infraestrutura de transporte do país e a escassez de recursos para investimentos, a perda da

arrecadação pode ter efeitos danosos para a economia.

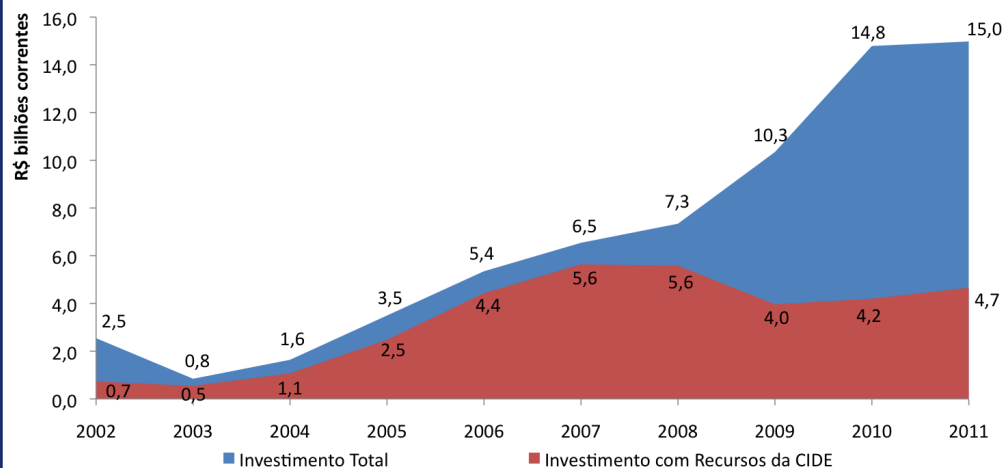
No passado, o país contava com fontes de recursos relevantes para investimentos em obras no setor, como o Fundo Rodoviário Nacional, criado em 1945. O fundo permitiu a ampliação e melhoramento da malha rodoviária brasileira. Contudo, os recursos do fundo foram transferidos para outros fins e, em 1982, sua vinculação ao setor rodoviário foi extinta³. Além disso, houve perda de recursos por parte da União, com a alteração de impostos como o Imposto sobre Propriedade de Veículos (que era repartido entre todos os entes federativos), que foi substituído pelo IPVA, imposto estadual, de cuja arrecadação a União não participa.

A CIDE-combustíveis foi criada como uma fonte complementar

de recursos para investimentos em infraestrutura de transporte. Com o passar do tempo, a importância do tributo como fonte financiadora foi se tornando mais relevante. Em 2007, os recursos arrecadados representaram 86% de todo o investimento federal em infraestrutura no setor (gráfico 1).

A atual estratégia de incentivo ao crescimento econômico adotada pelo governo é baseada na expansão do consumo e apoio a alguns setores da economia. A redução da alíquota da CIDE exemplifica esse modelo de crescimento, pois, para garantir a manutenção do consumo de combustíveis – principalmente da gasolina – o governo abre mão de recursos vinculados aos investimentos. Esse tipo de estratégia tende a não ser sustentável e a comprometer o

Gráfico 1: Investimento Público Federal em Infraestrutura de Transporte: Valor Total e Recursos da CIDE*



Fonte: COFF

* Inclui recursos do Orçamento de Investimento das Estatais e do Orçamento Fiscal da União (valores pagos no exercício e restos a pagar pagos).

crescimento futuro do país.

O país deve priorizar investimentos em infraestrutura, que estimulam a demanda no curto prazo e que também elevam a oferta e a capacidade de produção futura da economia. A

eliminação da alíquota da CIDE-combustíveis, por representar uma drástica redução de recursos para esses investimentos, representa atualmente uma fonte de preocupação para os transportadores do país. ■

1. A Lei nº 10.336/2001 criou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a importação e comercialização de combustíveis. Os recursos arrecadados devem ser destinados para investimentos em infraestrutura de transporte, dentre outros fins. O Decreto nº 7.764/2012 zerou as alíquotas do tributo.
2. Considerando o que foi investido com valores pagos no exercício e restos a pagar pagos com recursos do Orçamento Fiscal da União.
3. Os recursos do Fundo Rodoviário Nacional foram progressivamente repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento a partir de 1974 (IPEA, 2010).